

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio

Aos 10 (dez) dias do mês de março de 2021 (dois mil e vinte e um), 27 (vinte e sete) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) mais 16 (dezesesseis) convidados, conforme registros de presença em videoconferência, estiveram reunidos por meio do aplicativo software livre Google Meet. A reunião foi convocada através do Ofício SEI nº 109/2021-NGI ICMBio Teresópolis, de 02 de março de 2021, expedido pelo Presidente do CONPARNASO Leandro do Nascimento Goulart, tendo como pauta: 1) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 09 de dezembro de 2020; 2) Proposta de alteração do Artigo 18 do Regimento Interno do CONPARNASO, que dispõe sobre a periodicidade das Reuniões Ordinárias; 3) Esclarecimentos sobre o edital para a contratação de estudos das concessões no PARNASO, anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo; 4) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais. O Presidente do CONPARNASO Leandro Goulart (ICMBio) abriu a reunião às 09h15min cumprimentando os participantes e iniciando o ponto 1) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 09 de dezembro de 2020, indagou se havia sugestões ou correções; Ilka Fernandes (Prefeitura de Petrópolis) solicitou a retificação do quadro de frequência, ao que foi prontamente atendida; consultando os demais Conselheiros, não houve manifestação contrária à aprovação; Leandro anunciou então os pontos de pauta a serem tratados na reunião, e Marcus Gomes (Secretaria Executiva do CONPARNASO) propôs uma inversão da pauta, já que a Conselheira Cristina Lydia (Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO), que solicitou a pauta 2 ainda não estava presente à reunião para apresentar a justificativa e a defesa da proposta. O Conselho concordou com a inversão de pauta e Marcus iniciou então a pauta 3) Esclarecimentos sobre o edital para a contratação de estudos das concessões no PARNASO, anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo, convidando Leonardo Martins (ICMBio) para fazer uma apresentação sobre o tema. Leonardo iniciou com um histórico da visitação no PARNASO e mostrou as áreas que possuem serviços concessionados ou passíveis de concessão, destacando os serviços de apoio à visitação que se encontram hoje sob responsabilidade da concessionária Hope S.A., quais sejam: venda de ingressos e de acesso à parte alta/travessia, acampamentos, banho quente e aluguel de barracas nos abrigos, transporte interno e estacionamento; Leonardo lembrou que o contrato de concessão com a empresa Hope estaria vigente até 2020, e que o Parque se preparava para operar a visitação através de uma composição do apoio de Brigadistas com terceirização de serviços, mas por motivos que incluem a pandemia, ano eleitoral e outros elementos que adicionaram complexidade ao processo, o ICMBio efetuou a prorrogação emergencial da referida concessão por mais um ano, até julho de 2021; lembrou também que, antes da concessão em 2010, a cobrança de ingressos era feita diretamente por servidores federais de 1950 a 2000, passando a ser terceirizada entre 2000 e 2010; analisando a evolução da visitação em comparação com a da arrecadação, Leonardo observou que a arrecadação manteve tendência de aumento apesar da queda da visitação entre 2014 e 2018, o que permite uma previsão mais robusta dos cenários de receitas, investimentos, infraestrutura e composição de serviços para futuras concessões; Leonardo afirmou que o principal objetivo do PARNASO é melhorar a qualidade da experiência do visitante, porém é com o incremento econômico que será possível atingir os objetivos de qualidade dos serviços aos visitantes; comparando os serviços prestados pela Concessionária com os serviços operados ou terceirizados pelo ICMBio,

Leonardo avaliou que tal distribuição é desvantajosa para o interesse público, já que o órgão ambiental dispõe de menos recursos para oferecer serviços mais onerosos e mais complexos; Leonardo enfatizou que concessão não é o mesmo que leilão, como veiculado em alguns órgãos de imprensa, e revisitou o histórico da Hope, lembrando que ainda não havia expertise suficiente nos primeiros anos do contrato, porém houve avanços nos anos seguintes; neste contexto, apontou as falhas atuais da operação e mencionou um relatório pormenorizado produzido pelo PARNASO sobre os serviços prestados pela concessionária que subsidiou o posicionamento da UC contrário à prorrogação do contrato, recomendação que não foi acolhida pela administração central do ICMBio; Leonardo apresentou algumas propostas de soluções para serviços como alternativas à concessão, mencionando utilização da mão-de-obra de Brigadistas, permissões e terceirizações; apresentou também algumas oportunidades de serviços represados que podem ser delegados futuramente, tais como os abrangidos pela nova Sede Petrópolis, pousada da Sede Teresópolis e pontos móveis de alimentação; Leonardo mencionou outras duas modalidades de delegação de serviços, além da concessão: a autorização e a permissão são modelos de governança local, isto é, podem ser concedidos diretamente pela Unidade de Conservação e podem ser interrompidos mediante justificativa; Leonardo finalizou sua apresentação fazendo um esclarecimento a respeito das notícias que anunciam a privatização de Parque Nacionais e que foram objeto de preocupação de diversos Conselheiros; mencionou uma consultoria pessoa física contratada em 2017 com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para desenvolver uma modelagem econômico-financeira daquela que seria a próxima concessão em 2020, ao mesmo tempo em que outros Parques conseguiram contratar consultorias pessoa jurídica que, por trabalharem com equipes multidisciplinares, produziram modelagens mais consistentes; então, em 2019 a administração central do ICMBio considerou aquele produto insuficiente e aderiu a um programa de estruturação de concessões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para promover concessões em dez Parques; entretanto, no ano passado, o Ministério do Meio Ambiente optou por desembarcar desse programa do BNDES e aderiu a um programa do Ministério do Turismo que, em convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, contratará equipes de consultoria para fazer a modelagem econômico-financeira dessas dez Unidades de Conservação que foram objeto das notícias que falam de privatização; assim, segundo Leonardo, não se trata de privatização, mas de concessão de serviços nessas UC, sendo uma oportunidade para o PARNASO e seu Conselho opinarem onde cabe concessão e onde é preferível a permissão ou a autorização. Finalizada a apresentação, abriu-se a etapa para blocos de perguntas e comentários dos participantes, muitos dos quais enalteciram a clareza, objetividade e riqueza de dados da apresentação, solicitando seu compartilhamento; Pedro Zenó (mestrando UNIRIO e Voluntariado PARNASO) perguntou se a roçada das trilhas da travessia é anual, ao que Leonardo respondeu que a exigência contratual é manter a largura de 1,5 metros e as condições de drenagem das trilhas, o que deveria ser feito de forma contínua, mas como a Hope sempre atribuiu tal serviço aos abrigueiros e não a uma equipe específica, a roçada é feita antes do início da temporada de montanhismo, quando os abrigos ainda estão vazios; Philippe Ribeiro (Instituto de Estudos, Pesquisas e Ações Socioambientais - INEPAS) comentou que a divisão de responsabilidades entre concessionária e órgão ambiental é completamente injusta, e que a concessão tem que ter maior participação na manutenção de estruturas que impactam a visitação. Ilka Fernandes (Prefeitura de Petrópolis) lembrou que o trabalho realizado pelos Conselheiros sobre o contrato da Hope já havia detectado uma série de serviços não prestados ou inadequados, como abrigos sem água quente, manutenção predial precária, coleta de lixo nas trilhas

deficiente, falta de aparelhos de comunicação em caso de necessidade nas trilhas, entre outros. Leonardo afirmou que o ICMBio teve grande aprendizado durante a vigência deste contrato, desde as melhores formas de redação para sua exata aplicação em campo até as formas de fazer a fiscalização e diminuir o intervalo entre a detecção dos problemas até a cobrança de sua resolução e eventual punição; afirmou também a dificuldade de trazer o Conselho e suas Câmaras Temáticas para a rotina da fiscalização da concessão, enfatizando a necessidade de criarmos instrumentos para que o Conselho acompanhe de perto a operacionalização do contrato. A este respeito, Clara Lemos (UERJ) propôs a reativação de uma Câmara Temática Temporária para formular propostas para levar à equipe de consultoria. Fabio Nascimento (Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA) perguntou sobre a responsabilidade de manutenção das trilhas e se há alguma possibilidade de adoção de trilhas. Leonardo respondeu que o PARNASO experimentou em 2013 um programa de adoção por clubes excursionistas, que fariam o manejo da trilha adotada conforme parâmetros técnicos estabelecidos pelo ICMBio, mas a procura foi baixa. Fábio informou que a ACTA se interessa em adoção de trilha, caso o programa seja retomado. Artur Esteves (Notur Travel) considerou extremamente injusta a partilha da arrecadação em que apenas 15% são destinados ao ICMBio e propôs que tais proporções sejam revistas, propôs também que a CT Temporária proposta por inclua representantes com saber jurídico para que a revisão do atual modelo não agrida a legislação vigente; propôs também que a manutenção da Capela da Barreira e do Museu von Martius seja atribuída à futura concessionária. Sobre as porcentagens de partilha da arrecadação, Leonardo informou que foram definidas há mais de uma década, quando ainda não tínhamos como projetar visitação e prever cenários de arrecadação como temos hoje; sobre a manutenção do Museu, esta já é uma obrigação que a concessionária não cumpre, o que tem sido informado por meio de relatórios técnicos à comissão de fiscalização da concessão. François de Paiva (União de Caminhantes e Escaladores Rio de Janeiro - UNICERJ) criticou a Hope por não cumprir suas responsabilidades contratuais e lembrou que participou de alguns mutirões da UNICERJ com o PARNASO e ouviu alguns abrigueiros justificarem a falta de manutenção nas trilhas pelo objetivo de deixar as trilhas seguirem seus processos naturais, lembrou também que vários monitores, brigadistas e voluntários faziam tal serviço, que é de responsabilidade da concessionária; analogamente, considerou um equívoco que a vigilância patrimonial seja atribuída a brigadistas; por fim, sugeriu que o uso do Parque seja mantido, mesmo que não haja tempo hábil de efetuar novas delegações de serviços a partir de julho, quando acaba o contrato de concessão, e ainda que não haja cobrança de ingressos. Leonardo informou que a concessionária tem a obrigação contratual de fazer o manejo da trilha da travessia entre o Véu de Noiva em Petrópolis e a Barragem em Teresópolis, e que o manejo de todas as demais trilhas do PARNASO é de responsabilidade do ICMBio; nesse sentido, defendeu que este manejo deveria ser feito por equipe especializada e não por meio de soluções improvisadas; informou também que não cobrar ingressos mas manter o controle de fluxo de visitantes é uma possibilidade neste período de transição, o que poderia abrir oportunidades de parcerias. Pedro Zeno (mestrando UNIRIO) perguntou se há previsão de reabertura do alojamento de pesquisadores da Sede Teresópolis e de abertura de alojamento de pesquisa na nova Sede Petrópolis. Leonardo esclareceu que o alojamento de Teresópolis foi interditado para obras e parte do prédio da pousada foi adaptada para esta função, e que durante a pandemia apenas a Casa do Pesquisador ficou disponível; sobre a Sede Petrópolis, Leandro Goulart (Presidente do CONPARNASO) complementou informando que na Sede Petrópolis estão sendo avaliadas as estruturas existentes e as intervenções necessárias para viabilizar alojamentos para Brigada de Incêndios e para pesquisadores; com essas definições,

será possível acessar os recursos de compensação ambiental geridas pela Caixa Econômica Federal e executar as obras que então serão entregues para operação da futura concessionária. André Sheik (Guia de Turismo) perguntou se existe algum projeto para reabertura de trilhas antigas assim desafogando e reduzindo impactos sobre a trilha da travessia, pois temos diversas alternativas. Leandro informou sobre reunião com Prefeitura de Petrópolis, Clube Excursionista de Petrópolis – CEP e Voluntariado do PARNASO, para pensar estratégias de implantação de novas trilhas; nesta reunião, montanhistas argumentaram que o PARNASO possui várias trilhas com grande potencial, mas que estão fora do eixo de cobrança da concessionária e que são pouco divulgadas; assim, propôs-se que essas trilhas fossem manejadas e preparadas com sinalização e facilitadores quando necessários para receber maior afluxo de visitantes e desafogar as demais trilhas. Ilka (Prefeitura de Petrópolis) perguntou se Leandro poderia disponibilizar para os conselheiros do Município esta análise sobre a Sede de Petrópolis e solicitou que fosse informada das reuniões. Leandro informou que pode enviar e apresentar a análise, porém ela ainda não está pronta, e ressaltou que precisa do apoio da Prefeitura de Petrópolis para melhorar o acesso à sede. Fábio (ACTA) afirmou que gostaria de fazer parte do grupo que planeja as trilhas de Petrópolis. Leandro informou que a próxima reunião será no Parque Municipal em Itaipava, dia 18 de abril às 10 horas. Raimundo Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis) observou que diante da diversidade de serviços a geração de resíduos se torna uma questão relevante, e indagou em que instrumento será tratada essa questão, mencionando mais especificamente: limpeza, coleta e destinação final de resíduos sólidos e esgotamento sanitário. Leonardo respondeu que tais questões já fazem parte do contrato da Hope através de um programa de gestão de resíduos, mas que há falhas na execução; afirmou também que na próxima delegação de serviço, a concessionária é que terá que apresentar o programa de gestão de resíduos, então o ICMBio aprova ou pede complementação. Marilza Queres (Rede Brasilidade Solidária – RBS) perguntou sobre o preço que é cobrado na entrada do parque, quem é que estipula esse preço e quais os critérios adotados. Quanto à formação de preços, Leonardo informou que a partir dos preços definidos em 2009 foi aplicado anualmente o Índice Geral de Preços IGP-M. Márcia Chame (Fiocruz) enfatizou o aprendizado institucional adquirido ao longo do contrato de concessão, e lembrou que a Hope é braço de uma grande empresa petrolífera e tem forte capacidade operacional; entretanto, lembrou que esta e outras empresas tinham expectativas de lucros bem maiores nos parques, o que não se mostrou na realidade, gerando uma série de problemas como os serviços mal prestados até o pedido de recuperação judicial que vemos hoje; Márcia lembrou também da primeira CT criada no CONPARNASO para acompanhamento da concessão da Hope e da prestação de contas absolutamente insatisfatória prestada pela empresa na época; assim, sugeriu um acompanhamento mais estreito do balanço financeiro e dos investimentos das futuras concessionárias, com atenção também ao cumprimento das leis trabalhistas, lembrando que a empresa não queria pagar horas extra aos funcionários do abrigo; propôs que as questões operacionais e cotidianas, que inclui segurança nas trilhas, saneamento e cumprimento dos serviços, sejam estritamente observadas e claramente colocadas nos projetos de licitação; Marcia chamou a atenção que as Unidades de Conservação não são parques de diversão, pois seus principais objetivos são a preservação da flora e da fauna, e não atender aos confortos humanos; considerou que, ainda que se possa implementar trilhas que facilitam acesso a cadeirantes, há outras trilhas que nem deveriam sofrer qualquer manejo, em conformidade com o zoneamento do Parque; Marcia observou que o manejo de trilhas turísticas no Brasil não traz o componente de informações científicas para sua construção e manejo, bem como falta a educação para os caminhantes interagirem de forma adequada com esses ambientes;

sugeriu a adoção de cartelas de ingressos nacionais, onde os visitantes possam pagar um ano inteiro, aumentando seu vínculo com os parques; e, por fim, chamou a atenção para o desvio de função de voluntários e terceirizados, os quais não devem substituir as funções do Estado Brasileiro na conservação das áreas protegidas, e evitando distorções como a de atribuir a gestão de parques ao Ministério do Turismo. Márcia, assim como Fernando Pessoa (CEFET Petrópolis), se colocaram disponíveis para contribuir com o grupo que trabalha as trilhas de Petrópolis. Ricardo Monteiro (UFRJ) solidarizou-se com a fala de Marcia e concordou que faltam informações sobre fauna e flora aos visitantes, e sugeriu guias fixos e informativos localizados, sem poluir com muitas placas, lembrando que Câmaras Temáticas ou equipes contratadas podem apoiar com projetos desse tipo. Clara Lemos (UERJ) acrescentou que a diversidade de oportunidades e usos também é importante, e que se pode discutir como fazer isso, mas enfatizou que a aproximação com a sociedade por meio da visita é necessária, considerando que a diversidade de usos e perfis é legítima para a democratização do acesso ao bem público. Concordando com Márcia, Pedro (mestrando UNIRIO) sugeriu que as lojinhas priorizem os artesanatos do Circuito Terê-Friburgo, lembrando que o Parque é um vetor de desenvolvimento regional, com foco na sustentabilidade e na geração de renda, e que tais decisões não devem ser livres para empresas que são braço direito de petroleira. Leonardo agradeceu a densa contribuição de Márcia e lembrou que o PARNASO historicamente tem sido encarado como um parque vitrine; assim, quando concebemos a concessão, temos que considerar seus principais objetivos, para que não se transforme em um parque shopping, mas sublinhou que será preciso conciliar todas as concepções advindas da sociedade; nesse sentido, Leonardo lembrou do modelo estadunidense, onde as áreas semelhantes a shoppings convivem com as zonas primitivas, trilhas e áreas naturais, dando sustentabilidade financeira e atraindo a permanência de diferentes públicos; Leonardo concordou com a necessidade de aplicar conhecimentos científicos e empíricos no manejo das trilhas, e entendeu que esta é uma das principais questões a serem trabalhadas, considerando que não há conflito entre zonas de uso intensivo e zonas de conservação; por fim, Leonardo concordou que as concessões não substituem a função pública, diferentemente dos modelos de desestatização onde o papel do Estado é alienado em favor de entes privados. Márcia retrucou que o ICMBio pode aprender com outras experiências além da norte-americana, muito copiada pelo Brasil e que não comporta as comunidades locais, devendo observar também modelos como o australiano, o sul-africano e o chileno com suas trilhas montanhosas e históricas, que são mais adequados à realidade brasileira; complementou que vê os parques nacionais como polos de desenvolvimento regional e afirmou que não se opõe à venda de quinquilharias, mas que o ponto crucial é a forma como se maneja este comércio e como se abrem oportunidades para as comunidades locais e que as escolhas não sejam entregues a grandes empresas, citando o exemplo da Serra da Capivara, onde se exigiu que a concessionária contratasse mulheres das comunidades locais em situação de violência e vulnerabilidade, inclusive melhorando a prestação dos serviços; por isso, a construção do projeto de concessão deve ficar a cargo de equipes multidisciplinares com a participação do Conselho, e não feita apenas por arquiteto e economista. Antonio Seixas (OAB Magé/Guapimirim) colocou as seguintes perguntas sobre a proposta de mudança da cobrança na sede de Guapimirim: Foi feito estudo de engenharia para assegurar que o casarão comporta aumento de carga de frequentadores? O casarão já tem Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros quanto à proteção contra incêndios? Seriam necessárias intervenções no casarão para adequá-lo? E apresenta também a dúvida: Saberá explicar o porquê da Unesco estar envolvida nesse processo de contratação de empresa para realizar os estudos para a concessão? Leonardo respondeu que não há intenção de mudança na cobrança de

ingressos na Sede Guapimirim, mas sim na Sede Teresópolis, onde a proposta é que a cobrança seja no Centro de Visitantes para evitar filas na ladeira e na via externa; na Sede Guapimirim, a proposta é incrementar a mão-de-obra na estrutura física que já existe, mas lembrou que o Conselho pode formular outras propostas; respondeu também que o Parque está em dia com as obrigações junto ao Corpo de Bombeiros sem previsão de maiores adequações no Museu von Martius, além de sinalização de saída em caso de incêndio e da retirada do botijão de gás do interior do casarão; quanto ao papel da UNESCO, Leonardo lembrou sua apresentação quando mencionou a escolha por projetos mais refinados, oportunidade que se abriu com o convênio entre Ministério do Turismo e UNESCO, sugerindo a leitura atenta do edital, que define o papel do Ministério do Meio Ambiente. Francisco 'Chicão' Ferreira (INNATUS) apresenta duas perguntas: qual a possibilidade da pousada-hostel ser administrada pela UERJ Turismo ou SESC? Seria possível prever a instalação de biosistemas como forma de saneamento nos Centros de Visitantes? Leonardo respondeu que tem sido pensada uma parceria para operação de pousada-escola, mas alertou sobre os altos custos iniciais e os riscos de insuficiência de receita; lembrou também que o Parque tem aventado as possibilidades de formas alternativas de saneamento. Arthur Estevez (AGUIPERJ) pergunta se a gestão dos abrigos poderia seguir o modelo da permissão, observando experiências como Bariloche, onde montanhistas cuidam de abrigos e hospedagens; sugeriu também que as organizações que gerirem os abrigos podem gerir também as trilhas da travessia; sobre a manutenção de trilhas, Arthur lembrou da obrigatoriedade que os condutores cadastrados têm de dedicar um tempo de trabalho voluntário para o Parque e que não têm sido demandados para contribuir com essa questão. Leonardo considerou que as ideias de Arthur e Chicão são boas e que há condições para delegação de serviços por meio de permissões, sendo importante mapear despesas e receitas e suas variações sazonais, bem como os custos dos encargos trabalhistas, lembrando que há períodos em que os abrigos são deficitários e compensados por outras receitas, além de possuírem necessidades operacionais bastante especializadas; entretanto Leonardo lembrou que pode haver ajustes e recuos na qualidade de alguns serviços, de modo que tais delegações se tornem mais acessíveis para organizações da sociedade civil; quanto à mão-de-obra dos condutores, Leonardo respondeu que nem sempre são possíveis no Cristina Lydia (REASO) pediu desculpas pelo atraso, justificando que estava sem acesso à internet, e chamou a atenção para o fato de que as concessões, ainda que não sejam consideradas como privatizações, vêm tomando espaços de decisão e gestão, colocando interesses privados acima dos objetivos de conservação, surgindo como um privatização que avança sorrateiramente; assim, sugeriu que associações de moradores, de amigos do Parque ou de montanhistas sejam fortalecidas e priorizadas para concorrerem pela gestão das lojinhas e dos abrigos, trazendo a produção comunitária local para esses comércios. Leonardo respondeu que o modelo da autorização pode ser um bom instrumento para as situações das lanchonetes e pontos móveis de alimentação, e serviços de locação de equipamentos, sobre as quais temos condições de governança local para definir os tipos de alimentos e de instalações, porém o critério de escolha deve ser impessoal, com seleção por sorteio, o que elimina a prevalência do poder econômico, diferente do modelo da permissão, na qual a definição é pela maior outorga paga pelo concorrente. Cristina perguntou se as delegações serão feitas em bloco ou em partes menores, e se uma organização pode se consorciar com outras para oferecer produtos e serviços mais variados. Leonardo respondeu que delegações para serviços menores e específicos facilitam a concorrência para organizações de menor poder econômico, e que a delegatária tem liberdade de definir seus diferentes fornecedores entre as comunidades locais; entretanto lembrou que essas mesmas características não se

aplicam às lojinhas, as quais deverão ser objeto de permissão. Ricardo Monteiro (UFRJ) alertou que a Casa do Pesquisador deve ter boa manutenção e gratuidade, caso seja responsabilidade da concessionária; e opinou que a concessionária deveria ter obrigação de participar das reuniões do conselho para ouvir demandas e respondê-las diretamente aos conselheiros, considerando marcante a recusa ou ausência de responsabilidade e apoio da Hope S.A. na comemoração de 80 anos do PARNASO. Marcus (Secretaria Executiva do CONPARNASO) lembrou que, sempre que o Conselho desejar, pode convocar a concessionária para participar de reuniões ou pautas específicas. Guilherme Geraldi perguntou se nessa temporada de montanhismo os abrigos vão funcionar normalmente ou continuarão fechados devido a pandemia. Leonardo informou que o PARNASO não deve operar abrigo enquanto houver pandemia; mencionou que o Parque sugeriu à concessionária que abrisse os acampamentos com forte limitação do número de vagas, entretanto a empresa alegou dificuldades financeiras para dar prosseguimento à operação dos acampamentos, embora o ICMBio tenha se posicionado pela sua abertura. Ilka (Prefeitura de Petrópolis) sugeriu que, analogamente à adoção de trilhas pelos Centros Excursionistas, podemos fazer esta proposta para empresas das cidades, oferecendo colocar o nome da trilha pelo período da adoção, assim como poderíamos oferecer visita guiada por excursionistas para os funcionários desta empresa. Quanto à questão do “adote uma trilha” pela empresa, Leonardo lembrou da campanha “Adote um Parque” do Ministério do Meio Ambiente, por meio do qual as empresas que fazem doações de bens ou serviços têm seu nome divulgado, entretanto afirmou que não é possível fazer tal parceria localmente, havendo a necessidade de regulamentação em nível hierárquico nacional. Antônio (OAB) recomendou a leitura do Decreto nº 10.623, de 9 de fevereiro de 2021, que institui o Programa Adote um Parque. Institui o Programa Adote um Parque Clara (UERJ) recomendou o site do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas onde se encontram muitas informações e pesquisas sobre modelos de parcerias e delegação de serviços de apoio à visitação: <https://www.opap.com.br>. Philippe Ribeiro (INEPAS) perguntou se o programa de gestão de resíduos abrange todo o Parque, ao que Leonardo respondeu que o programa da concessionária abrange somente as áreas concessionadas, como abrigos de montanha, centro de visitantes, bilheterias e estacionamento; e que, em uma futura concessão, pode-se exigir um programa que abranja todo o Parque. Hanna Cruz (mestranda UNIRIO) perguntou se parcerias sem fins lucrativos, como acordos de cooperação, termos de fomento e de colaboração, não são de interesse para o Parque, ao que Leonardo respondeu que há uma complexidade na sua instauração, já que a assinatura desses termos não é feita, atualmente, pela Chefia da Unidade de Conservação, mas pela Presidência do Instituto Chico Mendes, o que torna o processo demorado e de desfecho imprevisível. François (UNICERJ) perguntou como são mantidos os monitores do PARNASO, ao que Leonardo respondeu que os oito monitores estão vinculados à Autorização Direta da ampliação da Rodovia BR-116, dada à Concessionária Rio-Teresópolis – CRT em 2009, na qual são previstos de programas de mitigação de impactos das obras, os quais se encontram em execução; nesses programas, a concessionária mantém os monitores para apoio ao Projeto fauna Viva de monitoramento e prevenção de atropelamento de fauna, e para controle de acesso às áreas de montanhismo e escalada, principalmente ao conjunto de montanhas do chamado Complexo Dedo de Deus. Maria Emília indagou se existe algum estudo quanto a entrada de animais de estimação no Parque, ao que foi respondido que os estudos apontam riscos de transmissão de doenças e parasitas para a fauna nativa, e que por isso têm sua entrada proibida em unidades de conservação de proteção integral. Encerradas as perguntas, Marcus (Secretaria Executiva do CONPARNASO) submeteu à apreciação do Conselho a proposta apresentada por Clara

Lemos (UERJ) no sentido de reativar a Câmara Temática Temporária de Acompanhamento das Concessões. Leonardo sugeriu que a CT incorporasse as demais modalidades de delegação de serviços de apoio à visitação e propôs a denominação de Câmara Temática Temporária Sobre Delegação de Serviços de Apoio ao Uso Público no PARNASO. Consultado o coletivo, o CONPARNASO aprovou a criação da CT Temporária, com o nome sugerido, composta por todos os participantes que se disponibilizaram durante esta Reunião Ordinária, e com o objetivo de acompanhar e propor critérios para delegação de serviços pelo período de transição da atual concessão até o estabelecimento de novas parcerias. Marcus comprometeu-se a criar o canal de comunicação da CT e solicitou que em sua primeira reunião o grupo defina sua coordenação, a qual deverá ser exercida por membro conselheiro, tal como determina o Art. 16, § 4º do Regimento Interno do CONPARNASO. Raimundo Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis) agradeceu a apresentação de Leonardo e propôs, como um ponto de pauta específico da próxima Reunião Ordinária, a discussão em reunião plenária do tema Gestão de Resíduos no PARNASO. Marcus sugeriu que todas as CTs apresentem sugestões para esta pauta. Clarisse Isnard (Associação de Moradores da Cascata dos Amores) sugere a criação de um grupo do CONPARNASO no aplicativo de mensagens Whatsapp, sendo apoiada pela maioria do Conselho. Passou-se então para o ponto de pauta 2) Proposta de alteração do Artigo 18 do Regimento Interno do CONPARNASO, que dispõe sobre a periodicidade das Reuniões Ordinárias; Marcus lembrou que a proposta apresentada defende que as reuniões ordinárias do Conselho passem a ser bimestrais, e não mais trimestrais como determina atualmente o Regimento. Cristina Lydia (REASO) tomou a presente reunião como exemplo de que o Conselho precisa de mais tempo para desenvolver debates de qualidade, e sugeriu que a pauta seja tratada em Reunião Extraordinária. Leandro concordou com o encaminhamento e se comprometeu a convocar tal reunião, em função do horário avançado. O Conselho aprovou a convocação de Reunião Extraordinária para o mês de abril próximo. Assim, passou-se para o ponto 4) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais; Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte) solicitou divulgação e participação na pesquisa “Desastres brasileiros por meio das lentes de gênero: Sobrevidas e vozes femininas”, desenvolvida por pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e que pretende investigar mudanças climáticas e o desastre de 2011 na Região Serrana Fluminense por meio de entrevistas online com pessoas afetadas; a pesquisa se encontra na plataforma <https://www.sobrevidas.com.br/index.html> e envolve o projeto “Sobrevidas”, um espaço digital de escuta e diálogo com sobreviventes de desastres. Antonio Seixas (OAB Magé/Guapimirim) solicitou informações sobre as obras de restauração da Capela da Barreira, na Sede do PARNASO em Guapimirim, e quais seriam as contribuições da Prefeitura Municipal a esse processo; Leandro informou sobre reunião a ser feita na data atual com a Prefeitura de Guapimirim e com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, para encaminhamentos; informou também que no momento o PARNASO aguarda a Caixa Econômica Federal, que faz a gestão dos recursos oriundos de compensação ambiental do ICMBio, lançar edital para contratar empresas especializadas em restauração de bens tombados; por fim, informou que o Município de Guapimirim deve se responsabilizar pelas obras nas duas pontes próximas à Capela, que também estão interditadas. Raimundo Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis) informou sobre as etapas do processo de concessão de água e esgoto em Teresópolis, a saber: Criação de comissão de avaliação por Decreto Municipal, Consulta Pública Virtual sobre a minuta de Edital de Concessão durante 30 dias, Encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, e publicação do Edital. Cristina Lydia (Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO)

informou que a Câmara Temática de Cultura e Educação Ambiental – CTEA se reuniu para tratar do Encontro de Educação Ambiental deste ano e convidou para a próxima reunião no próximo dia 12 às 18h. Clara Lemos (UERJ) informou que a Câmara Temática de Pesquisa fez uma avaliação do Encontro do ano passado, prevalecendo o entendimento de que o Encontro de Pesquisadores em conjunto com parceiros foi um sucesso e que continua sendo acompanhado pelo Canal do Youtube denominado Saúde Ambiental e Conservação da Biodiversidade, tendo recebido mais de quinhentas visualizações e permanecendo acessível ao público em <https://www.youtube.com/channel/UCAjcsxE6XauQgKyq89hct9g>; por fim, Clara informou que levará à CT a proposta de trabalhar o tema da delegação de serviços de uso público, contribuindo com a CT Temporária criada nesta reunião, e que considera este momento de encerramento do contrato com a atual concessionária uma excelente oportunidade para outros atores assumirem tais serviços de forma experimental, o que pode servir de exemplo para UCs de todo o Brasil. Finalizados os informes, Leandro agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às 13h05.

QUADRO DE FREQUÊNCIA

(legenda: presença ■, ausência justificada ■, ausência ■)

SETOR	INSTITUIÇÃO E NOME	Frequência											
		2020					2021						
		11/03	27/05	10/06	09/09	09/12	10/03	09/06	08/09	08/12			
REGULADORES DOS USOS DO TERRITÓRIO	Órgão Gestor da UC	Titular: PARNASO / ICMBio Leandro do Nascimento Goulart Carlos Alexandre Fortuna (Substituto)											
	Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense	Titular: RPPN Ecovila El Nagual Horst Erhard Kalloch Edvandro Abreu Ribeiro (Substituto)											
	Órgão Estadual de Meio Ambiente	Titular: REVIS da Serra da Estrela / INEA Eduardo Pinheiro Antunes Maria Manoela Alves Lopes (Substituto)											
	Prefeitura Municipal de Teresópolis	Titular: Secretaria Municipal de Meio Ambiente Raimundo Lopes Paulo Bandeira (Substituto) Suplente: Secretaria de Desenvolvimento Social Marcos Jaron											
	Prefeitura Municipal de Petrópolis	Titular: Gabinete do Prefeito Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes Suplente: Secretaria de Meio Ambiente											
	Prefeitura Municipal de Guapimirim	Titular: Secretaria Municipal do Ambiente Sandra Helena Arruda da Silva André Medas de Andrade (Substituto)											
	Prefeitura Municipal de Magé	Titular: Secretaria Municipal de Meio Ambiente Vanessa Silva Regilaine Rosa (Substituta)											
USUÁRIOS DO TERRITÓRIO	Turismo	Titular: Notur Travel Artur Esteves											
		Suplente: BR Ecotur Adventure Rafael Rezende											
	Comercio e Serviços	Titular: Set Produções Selma Vianna											
		Titular: Nau Sports Maria Lucia Porto											
		Suplente: Athos Hotel Helena Sobreira											
	Produção Rural	Titular: Fazenda Boa Esperança Francis de Camaret											
		1º Suplente: Associação Agroecológica de Teresópolis Elaine Pitombo Fernando Aunton (Substituto)											
2º Suplente: Associação dos Produtores Rurais do Bonfim Ivan Cruz e Silva Marco Antônio Coelho (Substituto)													

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO		Titular: Associação dos Moradores do Garrafão Cris Aguiar												
		Titular: Federação das Associações de Moradores de Guapimirim - FAMMUG Tamyres Souza												
		1º Suplente: AMA Km 3 José Miguel da Silva												
		2º Suplente: AMA Jardim Guapimirim João de Salles; Sandra Demétrio (Substituta)												
		3º Suplente: AMA Citrolândia Isac Ramos Brandão												
		4º Suplente: AMA Bananal Romero Souza												
		5º Suplente: Associação do Jequitibá Roberto Domingos												
	Universidades e Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão	Titular: CEFET Campus Petrópolis Fernando Amaro Pessoa Marcelo Faria Porreti (Substituto)												
		Titular: Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO Tatiana Calandrino Maranhão Vivian Telles Paim (Substituta)												
		Titular - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Instituto de Biologia Ricardo Monteiro Blanche Bitner Mathé (Substituta)												
		1º Suplente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ – Departamento de Turismo Clara Carvalho de Lemos Rafael Ângelo Fortunato (Substituto)												
		2º Suplente: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ Márcia Chame												
		3º Suplente: Bicho do Mato Instituto de Pesquisa Leonardo Oliveira												
		4º Suplente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - Instituto de Biociências Andrea Furtado Macedo												
5º Suplente: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Instituto de Geociências Maria Naíse de Oliveira Peixoto Núbia Beray Armond (Substituta)														

PRESENTES:

Conselheiras/os:

Leandro do Nascimento Goulart, Presidente CONPARNASO - ICMBio

Horst Erhard Kalloch - RPPN Ecovila El Nagual - Mosaico Central Fluminense

Edvandro Ribeiro - RPPN Ecovila El Nagual - Mosaico Central Fluminense

Manoela Lopes – Parque Estadual dos Três Picos / INEA

Sandra Arruda - Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim

Ilka Beatriz Fernandes – Prefeitura de Petrópolis

Raimundo Lopes - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis

Regilaine Rosa - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé

Artur Esteves - Notur Travel

Rafael Rezende - BR Ecotur Adventure
Waldecy Mathias Lucena - FEMERJ
Laura Pires de Souza Petroni - FEMERJ
Françóis Carvalho de Paiva - UNICERJ
Arthur Garcia Solleiro Estevez - AGUIPERJ
Antônio Seixas - Ordem dos Advogados do Brasil – Magé / Guapimirim
Alexandre de Almeida - Instituto Tecnoarte
Maria Emília Nascimento - Instituto Tecnoarte
Francisco Pontes de Miranda – INNATUS
Marilza Queres - Rede Brasilidade Solidária - RBS
Cristina Lydia - Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO
Angela França de Oliveira - Agenda 21 de Guapimirim
Marcos Werneck - Instituto Samambaia de Ciência Ambiental
Renata Gouveia - Associação de Moradores e Amigos do Quebra-Frascos
Clarisse Isnard de Maracajá - Associação de Moradores da Cascata dos Amores - AMCA
Fernando Pessoa - CEFET Petrópolis
Ricardo Monteiro - UFRJ - Instituto de Biologia
Clara Lemos - UERJ - Departamento de Turismo

Convidadas/os:

Hanna Cruz – mestranda UNIRIO
Beatriz Nassur – mestranda PUC-Rio
Mariana Portugal – mestranda UFF
Mariana Tamandaré – pós-graduanda de especialização UERJ
Philippe Ribeiro e Silva - Instituto de Estudos, Pesquisas e Ações Socioambientais - INEPAS
Fabio Nascimento - Associação Carioca de Turismo de Aventura
André Sheik – Guia de Turismo
Guilherme Geraldi
Karina Serafim – Projeto Fauna Viva / Concessionária Rio-Teresópolis
Janine Maffei - Voluntariado PARNASO
Pedro Zeno – mestrando UNIRIO e Voluntariado PARNASO
Klinton Senra – APA Guapi-Mirim e ESEC Guanabara / ICMBio
Leonardo Martins – PARNASO / ICMBio
Jorge ‘Julião’ Nascimento – PARNASO / ICMBio
Breno Herrera – PARNASO / ICMBio
Marcus Gomes – Secretaria Executiva CONPARNASO - ICMBio